



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI N 02/2026

19/02/2026

INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GUARÁ, A POLÍTICA PÚBLICA DE TARIFA SOCIAL DE ÁGUA E ESGOTO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO FEDERAL VIGENTE E D OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ/SP**, no uso de suas atribuições legais;

APROVA:

Art. 1. Fica instituída, no âmbito do Município de Guará, a Política Pública de Tarifa Social de água e Esgoto, destinada às famílias de baixa renda, nos termos da legislação federal aplicável e desta Lei.

Art. 2. A Tarifa Social será aplicada às unidades consumidoras residenciais que atendam aos critérios estabelecidos na Lei Federal n14.898/2024 para usuários com renda per capita de até /2 (meio) slrio mínimo que se enquadrem em um dos seguintes critérios:

I – família inscrita no Cadastro nico para Programas Sociais do Governo Federal(Cadúnico);

II – renda familiar per capita nos limites fixados pela legislação federal;

III – beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), quando aplicável.

 1. O enquadramento poderá ocorrer de forma automática ou mediante requerimento do interessado, conforme regulamento do Poder Executivo Municipal.

 2. O benefício será concedido a uma única unidade consumidora por núcleo familiar.

Art. 3. A Tarifa Social corresponderá ao desconto previsto na legislação federal vigente, incidindo sobre a primeira faixa de consumo mensal residencial, nos seguintes termos da Lei n 14.898/2024:

I – o valor da Tarifa Social de água e Esgoto de que trata esta Lei consistirá em percentual de desconto de 50% (cinquenta por cento) de desconto sobre a tarifa aplicável à primeira faixa de consumo;

II – o valor de que trata este artigo será aplicado aos primeiros 15m² (quinze metros cúbicos) por residência classificada no benefício, e sobre o excedente de consumo poderá ser cobrada a tarifa regular;

III – a instituição da Tarifa de água e Esgoto deverá preservar o direito adquirido e somente será eficaz em relação ao prestador do serviço mediante prévia recomposição do equilíbrio econmico-financeiro do contrato, por meio do subsídio cruzado, consistente no rateio de seu custo entre as demais categorias de consumidores finais atendidas pelo prestador do serviço, proporcionalmente ao consumo.

Art. 4. A implementação da Tarifa Social observar:

I – o equilíbrio econmico-financeiro da prestação do serviço público;

II – as normas regulatórias expedidas pela entidade reguladora competente;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

III – os contratos de concessão ou instrumentos de prestação direta do serviço.

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber, especialmente quanto:

I – aos procedimentos de cadastramento e atualização;

II – à forma de compensação tarifária, quando necessária;

III – à fiscalização e revisão periódica do benefício.

Art. 6º. A aplicação desta Lei não implicará alteração da estrutura administrativa do Poder Executivo nem criação de cargos, funções ou aumento direto de despesa obrigatória.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guará/SP, 19/02/2026.

LEONILDO SILVA

Vereador

JUSTIFICATIVA

Cumprimento da Lei Federal nº 14.898/2024.

Guará/SP, 19/02/2026.

LEONILDO SILVA

Vereador